

Ata da 5ª Reunião do Comitê Interministerial de Governança

Em 25 de outubro de 2018, os membros do **COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA (CIG)**, instituído pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, acordaram:

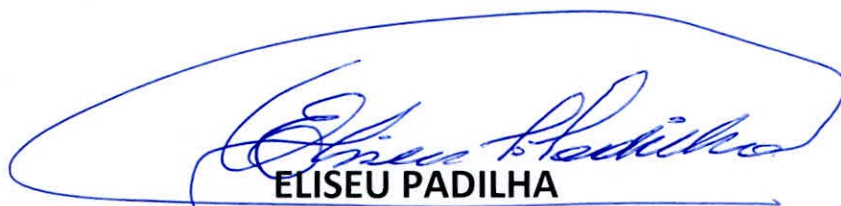
1. Aprovar os seguintes documentos:
 - a. Estudos Preparatórios da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
 - b. Guia da Política de Governança Pública; e
 - c. Guia Avaliação de Políticas Públicas Ex Post.
2. Recomendar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que:
 - a. Proponha a este Comitê um modelo de governança para o Plano Plurianual da União 2020-2023 (PPA) considerando a participação da alta administração dos órgãos e das entidades: (i) no processo de elaboração do PPA; (ii) no acompanhamento dos resultados; (iii) na busca de soluções para a melhoria do desempenho das organizações; e (iv) na promoção do processo decisório fundamentado em evidências; e
 - b. Proveja plataforma para a realização dos processos de cruzamento de bases de dados necessárias para a avaliação de políticas públicas selecionadas pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais – CMAP.
3. Recomendar ao Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais - CMAP, criado pela Portaria Interministerial nº 102, de 7 de abril de 2016, que:
 - a. defina anualmente a Agenda de Trabalho Anual do CMAP com indicação das políticas públicas federais a serem avaliadas e monitoradas pelo Comitê ou pelos órgãos setoriais;
 - b. defina os critérios para seleção e inclusão das políticas públicas que constarão na Agenda de Trabalho Anual

- previamente à indicação das políticas públicas federais a serem avaliadas e monitoradas;
- c. publique Relatório Anual de Atividades, com os resultados da implementação dos Planos de Aperfeiçoamento a cada ano;
 - d. proponha ao Comitê Interministerial de Governança - CIG, instituído por meio do Decreto nº 9.203/2017, os aprimoramentos ou alterações no arcabouço normativo decorrentes das políticas públicas avaliadas; e
 - e. inicie o processo de validação de métodos e processos de avaliação de políticas públicas e de cruzamentos de dados entre bases de dados oficiais distintas como parâmetros para a produção de avaliações oficiais de políticas públicas, no âmbito do Governo Federal.

Foram ainda apresentados informes sobre os seguintes temas:

1. IN 02/2018 que orienta sobre a jornada de trabalho;
2. Alteração normativa relacionada aos procedimentos de gestão, fiscalização e controle em convênios no âmbito do SICONV, visando aprimorar a sistemática de prestação de contas, inclusive no que se refere ao tratamento do estoque acumulado de contas não encerradas;
3. Promoção da centralização da gestão e operação dos processos de administração de pessoal civil do Poder Executivo Federal;
4. Proposta de normativo estabelecendo que somente sejam exigidos dos usuários de serviços públicos os requisitos explicitamente publicados no Portal de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br);
5. Estudo conjunto entre o MPDG e a CGU, para implementar a ferramenta ASSISTENTE VIRTUAL DO PREGOEIRO, cujo objetivo é o de viabilizar a consulta prévia, pelas comissões de licitação, de dados das empresas licitante;
6. Reforçar e modernizar o uso do Cartão Corporativo;
7. Estabelecimento de modelo simplificado de prestação de contas para as transferências realizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

8. Cumprimento da Portaria nº 1.809, de 25 de junho de 2018, que estabelece procedimentos para a implementação de programas de integridade nos órgãos e entidades autárquicas e fundacionais previstos no art. 19 do Decreto nº 9.203/2017;
9. Estudos para revisão dos Benefícios Tributários; e
10. Proposta para aprimoramento da Governança dos Benefícios Tributários.



ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária-Executiva do Ministério da Fazenda



ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro de Estado da Transparência e Controladoria Geral da
União